



O MULTICULTURALISMO NA ALEMANHA – A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO DE BISMARCK ATÉ OS DIAS ATUAIS

Carlos Augusto Rohr Trojaner¹

RESUMO

A Alemanha de hoje é uma potência econômica, com grande significado para a Europa e o mundo, país industrializado e com estrutura industrial sólida e economia forte no cenário internacional com grande poder decisivo nas negociações comerciais. Essa é a Alemanha que o mundo visualiza na atualidade, mas, no passado passaram por transformações que os levaram às ruínas envolvidas com as duas grandes guerras, formando alianças militares estratégicas e sendo castigada com os efeitos do nazismo e da guerra. A Alemanha se ergueu é hoje uma força econômica país liberal, multicultural, e comprometido com os valores individuais, dos cidadãos entre a Prússia de Bismarck e Alemanha de hoje podemos perceber diferenças e semelhanças, mas o povo germânico multicultural é uma realidade alemã.

Palavra-chave: Bismarck, multiculturalismo, Alemanha, tolerância, nazismo.

ABSTRACT

Today's Germany is an economic power with great significance for Europe and the world, an industrialized country with a solid industrial structure and a strong economy in the international scene with great decisive power in trade negotiations. This is the Germany that the world visualizes today, but in the past, they underwent transformations that led them to the ruins involved with the two great wars forming strategic military alliances and being punished with the effects of Nazism and war. Germany stood up today as a liberal, multicultural and economic force committed to the individual values of citizens between Bismarck Prussia and Germany today. We can perceive differences and similarities, but the multicultural German people are a German reality.

Keyword; Bismarck, multiculturalism, Germania, tolerance, Nazism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar um contexto referente à cultura alemã, que ainda no século XXI, representa uma nação próspera e de grande importância para o desenvolvimento da Europa. As decisões mais importantes da Europa são tomadas e decididas sempre com o envolvimento da Alemanha não existe decisão que não tenha o envolvimento desse país dado a sua importância tradicional e de poder.

A Alemanha no passado já foi um país de ambições econômicas que sempre foi geradora de divisão na Europa e no mundo trazendo muitos problemas geopolíticos e sempre

¹ Mestrando em Estudos sobre a Europa, pela Universidade Aberta de Lisboa. Graduado em História pela PUC-RS e Geografia pela Estácio de Sá. Especialista em História do Rio Grande do Sul pela UNISINOS, História Contemporânea pela PUC-RS e Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Cidade Verde. E-mail: carlostrojaner@gmail.com



redesenhando a política europeia. A Alemanha foi protagonista de mudanças da geografia da Europa tendo seu passado histórico de separatismo e reunificação como um marco importante e divisor de águas da política europeia e se consolidando como potência militar e econômica.

As ambições alemãs no passado nunca agradaram ao mundo e por ser um país industrializado e de economia forte trouxe ao mundo preocupações e movimentações políticas internacionais intensa em torno dos avanços e estratégias germânicas. Este trabalho tem como proposta propor ao leitor um estudo voltado para o desafio vencido pelo multiculturalismo alemão diante da superação de muitas diversidades no passado como a intolerância do nazismo o incentivo à supremacia na Alemanha, que foi o ponto forte de sua política.

O presente trabalho tem como objetivo estudar a evolução dos processos políticos que marcaram a evolução da política da Alemanha no cenário internacional até ser considerada uma nação tolerante nos dias de hoje. Os trabalhos se desenvolveram embasados em revisão bibliográfica, utilizando sites que abordam assuntos do tema, e sites de buscas nas pesquisas de artigos e periódicos, que tenham conteúdos sobre o tema tratado.

O objetivo principal deste trabalho é desenvolver conhecimentos sobre a cultura de uma das maiores nações da Europa, e estudar o desenvolvimento e capacidade que pode trazer o diálogo como arma de paz e tolerância entre os povos. Este tema apresenta relevância e a esperança de que um dia as pessoas poderão viver em harmonia e respeitando o valor do outro como indivíduo e interagir em coletividade em busca de um bem comum.

A ALEMANHA DO SÉCULO XIX

A Alemanha é sem dúvida uma nação multicultural, desde a sua formação como estado nacional no século XIX, até sua reunificação no final do século XX passou por transformações que lhe possibilitaram garantir o respeito individual e tolerância a outras culturas. Sansone (2003), destaca que o multiculturalismo na Alemanha é classificado da seguinte maneira:

O Conselho da Europa, em um esforço de pragmatismo e postura ecumênica, optou por dividir de outra forma os países europeus com relação à multiculturalidade, salientando o fator variedade. De um lado, estariam países como a França, onde a nacionalidade é vista como o início da integração; de outro, países como a Alemanha, onde a nacionalidade é tida como o resultado final do processo de integração. Na Alemanha, Suíça, Bélgica e França, a ênfase seria na cidadania; já na Holanda, Suécia, Noruega e Dinamarca, no pluralismo cultural. A Inglaterra é um caso à parte, pois o realce não é no pluralismo cultural, mas na luta contra o racismo. Nesse sentido, a Inglaterra é o único país europeu onde as agências governamentais utilizam o termo relações raciais, em lugar de relações interétnicas.



Pensamento liberal

O pensamento liberal foi desde cedo um motivo para a abertura a outras nacionalidades e religiões, não só na Alemanha, mas no contexto geral do caso europeu. Uma das mais importantes características do liberalismo é a sua defesa do individualismo, para os liberais, o indivíduo deve ser colocado em primeiro lugar. Por isso, não viam com bons olhos as associações coletivas de trabalhadores e temiam a anulação das individualidades por esses grupos, como a defesa da liberdade de pensamento e expressão entre outras características.

Para os liberais, a busca da verdade, sempre relativa, não devia se sujeitar à opinião de uma autoridade intelectual ou aos dogmas da Igreja, por essa razão, valorizavam a tolerância e acreditavam no diálogo como meio de busca da verdade. A defesa da liberdade levou os liberais a criticarem profundamente o absolutismo monárquico segundo Rémond (2004, p. 26), desde as primeiras décadas do século XIX, a luta pela unidade da Alemanha estava intimamente ligada com a busca pela liberdade política do povo alemão.

No princípio do século XIX, as regiões da atual Alemanha entre o Rio Reno e o Rio Elba evoluíram para a emancipação individual e a unidade, dado que estas zonas haviam sofrido igualmente a influência da Revolução Francesa. A abolição do feudalismo foi o motor de arranque que os reinos alemães precisavam para a sua evolução política. Desde a Revolução Francesa, os temas unidade e liberdade estiveram presentes, pela primeira vez, nas guerras de libertação contra Napoleão as futuras cores da bandeira Alemã foram em grande parte inspiradas nas cores do exército que se opôs ao domínio Napoleônico.

Em 1814, foi estabelecida a *Deutscher Bund*, criada durante o Congresso de Viena para substituir o Sacro Império Romano Germânico. Segundo Nipperdey (1994, p. 595-596), na onda de revoluções de 1848, impulsionado pelo exemplo francês de fevereiro, a revolução também ocorreu nos Estados Alemães: unidade e liberdade foram às exigências feitas pelas forças sociais que se consideravam do lado do progresso histórico.

Aliados à pequena burguesia, os artesãos e operários dessas regiões promoveram então vários levantes nas cidades governadas pela aristocracia, forçando os príncipes locais a introduzirem reformas em seus domínios. O mesmo aconteceu nas zonas rurais, onde os camponeses forçaram a abolição dos últimos privilégios feudais.

Em Berlim, os liberais conseguiram a nomeação de um ministro pertencente à burguesia, após violentos combates de rua, após a implementação do Zollverein, podemos afirmar que com a industrialização alemã, houve um rápido desenvolvimento populacional e urbano. Salientando-se que a classe média e o proletariado começaram a fortalecer-se e a constituir-se em organizações próprias, os Estados Alemães estavam finalmente a



acompanhar o resto da Europa, após alguns séculos de atrasos estruturais, segundo Habermas (1995).

O progresso econômico era muito mais visível na Prússia do que nos outros Estados alemães, como também na Áustria, o primeiro país tinha recebido territórios, os quais se tornaram muito importantes para a indústria, existindo grandes depósitos de carvão no *Ruhrgebiet*. Parte da Saxônia e na *Rhineland*, por essa altura, a Prússia começou a dominar muitos dos estados menores e estes muitas vezes procuravam adaptar as suas economias à economia da Prússia de acordo com Henderson (1984, p. 22).

Houve então a liderança da Prússia, em grande parte por ser o mais industrializado estado alemão e com grande importância política na Europa, além de também possuir a maior potência militar entre os estados, através de Otto Von Bismarck, membro da aristocracia prussiana. Bismarck realizou-se uma política de aliança dos Junkers (grandes proprietários e aristocratas) com a alta burguesia, e por meio dela resolveu fortalecer o Zollverein, intensificando a integração dos Estados, além de modernizar o exército, pois sabia que conflitos com as nações vizinhas seriam inevitáveis para a unificação alemã. De acordo com Elias como afirma Elias:

O processo de formação do Estado entre os alemães foi profundamente influenciado pela sua posição como bloco intermédio na configuração desses três blocos de povos. Os grupos latinizado e eslavo sentiram-se reiteradamente ameaçados pelo populoso grupo germânico. E com igual frequência, os representantes do nascente Estado alemão sentiram-se ameaçados de vários lados ao mesmo tempo. Cada grupo explorou implacavelmente a mínima oportunidade de expansão que lhe foi oferecida. As forças no interior dessa configuração de Estados levaram a uma constante separação do centro daquelas áreas situadas na periferia, regiões que abandonaram o grupo de Estados germânicos e se estabeleceram como Estados independentes.

Sendo assim, Bismarck, mediante uma série de conflitos, foi unificando os critérios da futura nação alemã. Diante do Reino da Dinamarca e da Áustria, o chanceler de ferro defendeu a ideia da língua como construção do Estado para entrar em conflito com essas nações e anexar territórios. No caso da última guerra contra a França em 1870, Bismarck defendeu a manutenção do domínio territorial sobre a Alsácia-Lorena, e como discurso final, a defesa de populações falando da língua alemã naquelas regiões, com isso, em 1871, surgia o Império Alemão, baseado no liberalismo, na integração economia e linguística, construída ao longo do século XIX, segundo Bentivoglio (2010). O Império Alemão de Bismarck pode ser aceito como mais uma configuração de unificação territorial a partir do domínio central, apesar de algumas aspirações nacionalistas dos povos de língua alemã. Apenas devido à Primeira



Guerra Mundial, é que existem evidências de um verdadeiro movimento nacional, mas a origem foi, com certeza, disseminada na época de Bismark segundo Ribeiro (2017).

A nação do nacional-socialismo

Durante o século XX, sem dúvida a construção da nação alemã teve uma mudança brusca quando Hitler assumiu o poder em 1933, a partir da obra de Richard J. Evans, em seu livro "O Terceiro Reich No Poder", podemos sintetizar o modelo nazista para a construção de identidade cultural. Adolf Hitler, o grande mentor do nazismo, partia do princípio de que as características, as atitudes, as habilidades e o comportamento das pessoas eram determinados por suas "origens raciais". Com isso, podemos notar claramente a mudança no conceito de nação do período do século XIX para o de Hitler. No nazismo, não importava se a população falava a língua alemã e sim a sua característica genética. Para fundamentar cientificamente suas teorias, Hitler e os nazistas utilizaram as ideias dos darwinistas sociais alemães do final do século XIX, acreditavam que as pessoas poderiam ser classificadas coletivamente como "raças", como os animais. E sendo no seu conceito que cada raça apresenta características diferentes das demais, as quais foram geneticamente transmitidas desde o surgimento dos seres humanos na terra.

Essas características então eram herdadas e tinham relação não somente com a aparência e a estrutura físicas, mas também com a intelectual, desde a inteligência na fase escolar até a capacidade física. Hitler também acreditava que o povo alemão fazia parte de uma raça superior às demais existentes, que ele denominava "ariano", e a raça "ariana" alemã era a mais bem qualificada dentre todas as demais, afirmava ele, sendo sua superioridade biológica a razão pela qual deveria se tornar a senhora de um vasto império em todo o leste europeu.

Nazistas também adotaram a abordagem social darwinista sobre a teoria da evolução relativa à "sobrevivência dos mais fortes" para o regime Nazista, a sobrevivência de uma raça dependia de sua capacidade de se reproduzir e multiplicar, o que Hitler chamou mais tarde de "a conquista do espaço vital". Uma vez que cada "raça" procurava se expandir e o espaço sobre a terra era finito, a luta pela sobrevivência resultava, "naturalmente", em conquistas e confrontos militares violentos. Fausto (1998), analisa essa situação mostrando a interpretação de Nobeit Elias sobre o assunto:

Tomando como exemplo a decisão de pôr em prática o plano de "solução final para o problema judeu", Elias assinala que ela não se explica mediante critérios que costumamos chamar de racionais ou realistas. Sem negar a utilidade secundária de certos aspectos da decisão, ela constituiu, em essência, a realização de uma crença central e profundamente enraizada



no movimento nacional-socialista desde o seu início. A crença de que a grandeza presente e futura da Alemanha e de toda a "raça ariana" dependia da luta pela "pureza racial"; essa "pureza", concebida em termos biológicos, impunha o afastamento e, no limite, a destruição dos grupos humanos "inferiores", cujo epítome era representado pela "raça" judaica.

As perseguições voltadas aos grupos não alemães eram frequentes no governo de Hitler, sendo assim, na política, o estado nazista tinha um jogo duplo, ao mesmo tempo que perseguia grupos minoritários, desde ciganos, árabes e judeus, eram aliados de países árabes e americanos comercialmente, segundo Bertonha (2010). O auge do modelo de perseguição nazista foram os campos de concentrações, usados desde o início da Segunda Guerra, porém, ampliados e utilizados ao extremo, a partir de 1943, como parte da solução final de Hitler para o "problema judeu". Após o fim da guerra, a derrota Nazista marcou o fim do darwinismo social não só na Alemanha, mas em todo o mundo, dando início a uma nova fase da relação entre os povos do mundo inteiro.

A Alemanha pós Nazismo

A Alemanha a partir de 1945, após o Nazismo e sua divisão em um país capitalista e outro socialista é marcado por vários fatores sobretudo do lado ocidental neste contexto, cabe analisar, a imigração árabe para a Alemanha, após a Segunda Guerra Mundial e posteriormente. A nova onda surgiu a partir sobretudo de 2015. Inicialmente, os árabes que migraram para a Alemanha a partir de 1950, fazendo parte do "milagre econômico alemão" foram chamados de trabalhadores convidados, de acordo com Cardoso (2002). Esses imigrantes vieram suprir a mão de obra que faltava na Alemanha, pois devido a divisão da Alemanha, a falta de mão de obra era frequente, segundo Marques (2015).

Mas o trabalho que era para ser de caráter temporário, se tornou de certa forma permanente, o que resultou percorrer até a década da reunificação alemã, em 1989, a existência da quarta geração de árabes nascidos na Alemanha, sobretudo de turcos, somando cerca de 1 milhão de pessoas, sem preocupação nenhuma por parte do governo alemão. Para tentar solucionar essa questão, o novo governo alemão mudou a lei para a obtenção de cidadania, buscando tentar trazer essas gerações de imigrantes para o lado "alemão" da constituição, fez alterações, a lei alemã permite que os filhos de imigrantes escolham a nacionalidade alemã. De acordo com Sansone (2003):

Na Alemanha, no final dos anos 90, finalmente, a legislação é alterada para permitir a dupla nacionalidade e, sendo assim os imigrantes e seus descendentes não mais seriam chamados de *Gastarbeiter* (trabalhador hóspede).



Mas com a seguinte observação, somente entre os 18 e os 23 anos têm de escolher qual querem manter: a de origem dos países ou a alemã. A partir de 2015, a Alemanha está recebendo de forma crescente imigrantes árabes novamente em sua história. A grande diferença neste contexto, são as causas dessa imigração. Muitos países árabes estão assolados pela guerra ou pela falência do Estado em solucionar problemas econômico e religiosos.

O volume de processos de naturalização voltou a subir desde 2014, quando 108.422 imigrantes obtiveram a cidadania alemã, em 2017 eles foram 112.211, a maioria de origem turca. No auge do afluxo de europeus orientais de origem alemã, no fim dos anos 90, porém, o número de naturalizações chegava a quase o dobro.

A posição da União Europeia é a de que, enquanto os refugiados podem solicitar asilo na Europa, os "migrantes econômicos" ilegais devem ser mandados de volta para casa. Mas é improvável que esta política detenha os fluxos de pessoas por variadas razões, as guerras civis nos países árabes e a expansão do Estado Islâmico, só fazem o fluxo aumentar.

A nova Alemanha do século XX

Com a influência dos árabes na sociedade alemã, o governo está preocupado com o futuro dos interesses da nação, a grande questão do problema é como saber se os interesses dos imigrantes são os mesmos da sociedade alemã nativa, principalmente em relação a esfera política e econômica. Atualmente na política do Bundestag, dos 709 deputados no atual parlamento, 58 provêm de famílias de imigrantes, o equivalente a 8,2%, em 2013, a percentagem era de 5,9%, e em 2009 de apenas 3,4%.

Embora a participação política dos descendentes de estrangeiros aumenta continuamente, os imigrantes seguem politicamente poucos representados em relação aos seus direitos civis dentro da Alemanha. Através de agências do governo alemão, podemos traçar um panorama de como está a situação atual dos imigrantes no país. Segundo o Cadastro Central de Estrangeiros (AZR), no ano de 2017, havia na Alemanha 10,6 milhões de pessoas de cidadania estrangeira e 18,6 milhões de origens imigrantes.

As estatísticas demonstram como a integração dos imigrantes está na sociedade alemã, segundo o Departamento Federal de Estatísticas (DESTATIS), em 2005 apenas 13,9% daqueles entre 25 e 35 anos tinham título universitário ou de escola superior técnica, em 2016 essa percentagem já era de 26%. No que se refere ao grau de escolarização também existe uma melhora na integração dos imigrantes. entre 2010 e 2015, a proporção de imigrantes ou seus descendentes entre os que obtiveram o certificado de Abitur (conclusão do curso médio



com capacitação para frequentar a universidade) cresceu de 9% para 17%, e em relação ao Mittlerer Abschluss.

Sendo este o órgão que habilita à formação superior técnica, o crescimento no mesmo período foi de 38% para 44%, mas segundo o Departamento Federal para Migração e Refugiados (BAMF), mostra que nem tudo está bem em relação à integração dos refugiados na Alemanha. Em 2017, cerca de 339.578 refugiados participaram do curso de alemão, organizado pela própria agência pela primeira vez ao chegar na Alemanha.

Destas, 289.751 fizeram o teste para atestar seus conhecimentos no idioma alemão, entre os que completaram a avaliação, apenas 48,7% atingiram o padrão B1, o nível mais básico, cerca de 40% alcançaram apenas o nível A2, um nível abaixo do B1, enquanto o restante não conseguiu nem chegar ao A2, ou seja, nenhuma dessas pessoas poderia entender uma conversa básica em alemão mesmo que de maneira pausada entre as frases. Segundo a Agência Federal do Trabalho (BA), o número de desempregados entre os imigrantes caiu de 17,9% em 2005 para 7,1% em 2016. O problema dos refugiados, também monitorado pela BA, mostra que dos 216 mil refugiados chegados desde 2015, cerca de um terço já exerce uma ocupação e contribui para o sistema de previdência social alemão. De acordo com o Instituto de Pesquisa de Mercado de Trabalho e Profissão (IAB), calcula-se que 100 mil refugiados ingressarão no mercado de trabalho alemão, apenas em 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que ao longo da história alemã, o conceito de cidadania foi alterado segundo os interesses do Estado Alemão, desde Bismarck até Hitler, o fator linguístico nunca foi deixado de lado, para a constituição da nação alemã. Porém, a partir de 1960, novos elementos entraram na conta para o debate sobre o que é ser realmente um cidadão alemão, inserido dentro da União Europeia. O debate atual em relação à temática imigrante é sem dúvida a que está na esfera política, econômica, educacional entre tantas outras.

Cabe ao governo alemão, traçar metas, para tentar incluir e integrar esses imigrantes na sociedade alemã, respeitando as diferenças culturais, levando em conta que os imigrantes não deixaram mais a Alemanha. Se a maioria desses novos migrantes que chegarem à Alemanha nas próximas quatro décadas forem do mundo islâmico, a população muçulmana da Alemanha poderá compor mais de 20 milhões e representar mais de 25% da população da Alemanha em 2060.

Isto certamente fará o governo a pensar em um novo tipo de cidadania alemã para o futuro, em última análise, o problema da natalidade será resolvido pela primeira vez em



décadas de resultados negativos. Mas qual será o novo perfil desse alemão multicultural? Somente as políticas públicas para a sua inserção na sociedade nos trarão a resposta.

No mundo contemporâneo, a integração dos “estrangeiros” nesses países, em especial na Alemanha, acontece em um contexto mais dinâmico, definido por comunidades, cidades e regiões mais do que por países, e marcado tanto pela diferença quanto pela cultura comum da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Federal do Trabalho (BA) <<http://www.arbeitsagentur.de>> Acesso em 8 de junho 2018.

Cadastro Central de Estrangeiros (AZR) <<http://www.bva.bund.de>> Acesso em 6 de junho 2018.

Departamento Federal de Estatísticas (DESTATIS) <<https://www.destatis.de>> Acesso em 10 de junho 2018.

Instituto de Pesquisa de Mercado de Trabalho e Profissão (IAB) <www.iab.de> Acesso em 10 de junho 2018.

Departamento Federal para Migração e Refugiados (BAMF) <<http://www.bamf.de>> Acesso em 5 de junho 2018.

BERTONHA, João Fábio. O Império de Hitler: A "Nova ordem" nazista na Europa, 1939-1945. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 239-244, 2010.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia prussiana no século XIX: o passado e a política como vocações. In: **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 2012.

CARDOSO, Arnaldo Francisco. Migrações internacionais: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão-de-obra. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 2, p. 112-124, 2002.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Editado por Michael Schröter. Trad. Álvaro Cabral. Rev. Técnica: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FAUSTO, Boris. A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 141-152, Apr. 1998.

EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no Poder—o Relato Mais Completo e Fascinante do Regime Nazista Entre 1933-1939**. Tradução de Lúcia Brito. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

NIPPERDEY, Thomas. **Deutsche Geschichte 1800-1866: Bürgerwelt und starker Staat**. München: Beck. 1994.



HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 43, n. 3, p. 87-101, 1995.

RÉMOND, René. **O século XIX 1815-1914**. 9 ed. São Paulo: Cultrix. 2002.

HENDERSON, William Otto. **The Zollverein: The Zollverein**. Routledge, 2013.

MARQUES, Mariana Reusch; NOVO, Nanci Lancha. IMIGRAÇÃO TURCA NA ALEMANHA: PAPEL NA ECONOMIA E INSERÇÃO CULTURAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 a 1980. **UNILUS Ensino e Pesquisa**, v. 13, n. 30, p. 300, 2016

RIBEIRO, Inês Marques. A Inevitabilidade do Multiculturalismo Alemão: Uma Perspectiva Histórica. **Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL)**. Disponível em: <<https://blog.cei.iscte-iul.pt/a-inevitabilidade-do-multiculturalismo-alemao-uma-perspectiva-historica/>>. Acesso em: 07, outubro de 2019.

SANSONE, Livio. Multiculturalismo, Estado e modernidade: as nuances em alguns países europeus e o debate no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro , v. 46, n. 3, p. 535-556, 2003.